

# **ANÁLISE E MAPEAMENTO DOS TIPOS DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA E REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NO BRASIL: CONTRIBUIÇÃO PARA COMPREENSÃO DA DIVERSIDADE E ATUALIDADE DA REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA**

Elienai Constantino Gonçalves  
naiprudente@yahoo.com.br

Bernardo Mançano Fernandes  
bernardo@pesquisador.cnpq.br

FCT/Unesp – Presidente Prudente

## **Resumo**

Este trabalho é resultado de um projeto maior em andamento no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, sob a coordenação do Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes, que se refere ao Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA, no qual são sistematizados dados referentes às ocupações de terras, movimentos socioterritoriais e assentamentos rurais em todo o território brasileiro buscando subsidiar trabalhos de estudantes e pesquisadores da questão agrária brasileira.

Este trabalho tem como objetivo demonstrar a análise dos dados referentes à tipologia de assentamentos rurais implantados no Brasil de 1979 a 2006 com a finalidade de compreender a diversidade e atualidade da reforma agrária no Brasil. Esses assentamentos são da reforma agrária – RA (1979 – 2006), que na sua maioria foram e ainda são implantados por causa da pressão dos trabalhadores sem terra, principalmente dos movimentos socioterritoriais, e da reforma agrária de mercado – RAM (1998 – 2006), que é a política de implantação de assentamentos via compra direta de terra, fomentada pelo banco mundial.

A implantação de assentamentos no Brasil ocorre de forma bastante diversificada, correspondente ao grande número de projetos de assentamentos que possuem territorialidades distintas. Com base nessa realidade e da obtenção de informações sobre a territorialidade dos tipos de projetos de assentamentos foi possível, a partir do levantamento permanente dos dados sobre assentamentos rurais do DATALUTA, observar a tipologia de assentamentos de RA e RAM. A territorialidade representa os modos de uso dos territórios, assim estudamos o uso, o manejo do solo e a infraestrutura dos assentamentos. Também realizamos a classificação sobre a modalidade correspondente a cada tipo de assentamento.

Palavras Chave: Assentamentos Rurais, Reforma Agrária, Reforma Agrária de Mercado, Luta Pela Terra

## **Tipologia dos Assentamentos**

A tipologia de assentamentos é resultado tanto da diversidade de projetos de reforma agrária, como da conflitualidade entre campesinato, latifúndio e agronegócio que disputam as terras agrícolas do país. Nas últimas duas décadas, a formação do campesinato brasileiro tem acontecido principalmente pelas ocupações e implantação de assentamentos de reforma agrária. Esta disputa acontece no processo de territorialização e desterritorialização do campesinato, do latifúndio e do agronegócio. Este processo ocorre simultaneamente de formas diferenciadas em todas as regiões do país. Nas regiões Sul e Sudeste, esse processo de enfrentamento é mais intenso

com o agronegócio, com exceção para algumas microrregiões onde ainda o latifúndio tem o controle territorial. Nas regiões Nordeste e Norte, esse processo de enfrentamento é mais intenso com o latifúndio, com exceção para algumas microrregiões onde o agronegócio expande o controle territorial. Na região Centro – Oeste, o processo de enfrentamento é intenso tanto com o agronegócio como com o latifúndio em diferentes microrregiões. Enquanto nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, a disputa territorial acontece por meio da territorialização e desterritorialização, porque todas as áreas agriculturáveis já estão sob controle territorial, nas regiões Norte e Centro – Oeste o processo de expansão territorial acontece também para além da fronteira agrícola, ou seja, para as áreas florestadas. Essa é a razão pela qual, o governo passou a classificar florestas como projetos de assentamentos.

Essa nova realidade explicita a reforma agrária e a expansão do agronegócio como um processo de disputa territorial formado por intensa conflitualidade. Por essa razão, a reforma agrária deixou de ser uma questão setorial e se transformou em uma questão territorial. Campesinato, latifúndio e agronegócio são diferentes modelos de desenvolvimento do campo, que se territorializam e são desterritorializados na disputa permanente pelo controle territorial. Uma possibilidade de ler essa nova realidade é compreender que esta permanente disputa territorial forma territórios distintos: territórios camponeses e territórios do capital, que representam diferentes modelos de organização territorial, caracterizados pela biodiversidade e pela monocultura, pela pequena e pela grande escala etc. São dois campos em conflito que compõem a atual questão agrária.

A diversidade de tipos de assentamentos representa em parte esta nova realidade da questão agrária. Procurando compreendê-la, relacionamos as formas de uso com o tamanho da área para definir o tipo de assentamento, já que o tamanho da área está relacionado à tipologia do assentamento.

### **Metodologia Dataluta assentamentos**

Nesta parte, utilizamos os dados do DATALUTA – categoria assentamentos - para analisar os assentamentos rurais. O DATALUTA é um projeto vinculado ao NERA, que sistematiza dados referentes às ocupações de terra, assentamentos rurais, movimentos socioterritoriais e estrutura fundiária denominadas de categorias do banco de dados. Esses dados são divulgados por meio de relatórios anuais e subsidiam uma análise apurada de como a luta pela terra e a implantação de assentamentos rurais que vem se espacializando pelo Brasil. Na categoria assentamentos utilizamos como fontes primárias o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário e a ANOTER - Associação Nacional de Órgãos Estaduais de Terra. Esses dados merecem um cuidado especial em sua conferência e nos possibilitam identificar nos dados de assentamentos algumas incompatibilidades como: diferentes anos de origem, capacidade do número de famílias, a tipologia e área. A partir do DATALUTA esses dados foram analisados e critérios foram construídos. Estes critérios foram adotados a partir de diversas pesquisas realizadas no NERA (Fernandes, 1999; Fernandes, 2000; Fabrini, 2002, Ramalho, 2002, Leal, 2003; Silva, 2003; Silva, 2006), nas quais constatamos que a luta pela terra, por meio das ocupações, transforma os espaços de luta e resistência em territórios dos assentamentos. Apresentaremos aqui estes critérios: Ano de origem, Capacidade de famílias e Tipologia dos assentamentos.

### **Relação e territorialidade dos tipos de assentamentos implantados no Brasil**

A implantação de assentamentos no Brasil ocorre de forma bastante diversificada, correspondente ao grande número de projetos de assentamentos que têm territorialidades distintas. Com base nessa realidade a atualização da relação e territorialidade dos tipos de projetos de assentamentos foi possível, a partir do

levantamento permanente dos dados sobre assentamentos rurais do DATALUTA, apresentados no quadro 1, onde podemos observar a tipologia de assentamentos de Reforma Agrária dos tipos PA, PE e FLONA. No quadro 2, apresentamos a tipologia de assentamentos de Reforma Agrária de Mercado. A territorialidade representa os modos de uso dos territórios, assim estudamos o uso, o manejo do solo e a infraestrutura dos assentamentos. Pela impossibilidade de inserir as informações de todos os tipos de assentamentos serão destacados aqui somente as informações referentes aos tipos Flona, PA e PE, que são de RA e os tipos de RAM.

**Quadro 1 - Relação e Territorialidade dos Tipos de Projetos de Assentamentos Rurais – RA**

Nº	Sigla	Nome/Descrição	Territorialidade	Modalidade
1	PA	Projeto de Assentamento Federal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA;</li> <li>• Aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A e C) de responsabilidade da União;</li> <li>• Infra-estrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União;</li> <li>• Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) de responsabilidade da União</li> <li>• Legislação: (INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 15, DE 30 DE MARÇO DE 2004, art.3°)</li> </ul>	ATUAL GF
2	PE	Projeto de Assentamento Estadual	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade das Unidades Federativas;</li> <li>• Aporte de recursos de crédito e infra-estrutura de responsabilidade das Unidades Federativas segundo seus programas fundiários;</li> <li>• Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à obtenção de terras, Crédito Apoio à Instalação e produção (PRONAF A) mediante convênio;</li> <li>• Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à Infra-estrutura básica;</li> <li>• O INCRA reconhece os Projetos Estaduais como Projetos de Reforma Agrária viabilizando o acesso dos beneficiários aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária.</li> <li>• Titulação de responsabilidade das Unidades Federativas.</li> <li>• Legislação: NORMA DE EXECUÇÃO INCRA Nº. 37, DE 30 DE MARÇO DE 2004.</li> </ul>	ATUAL EMP
3	FLONA	Florestas Nacionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• De competência do IBAMA</li> <li>• São unidades de conservação de uso sustentável reconhecidas pelo INCRA como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos como créditos de implantação e produção (PRONAF A).</li> <li>• Legislação: Criação: LEI 9985/200 E DECRETO 4340/2002 O reconhecimento de Flona como beneficiária do PNRA, feito por analogia, à portaria de reconhecimento das Resex.</li> </ul>	BENEFICIÁRIOS

Fonte: Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA, 2008. Organização: Herivelto Fernandes Rocha.

Obs.: Especificamente nos casos do estado de São Paulo e Rio Grande do Sul, o INCRA estabeleceu convênios destinando recursos financeiros para a obtenção de terras (TDA e moeda corrente) ainda que sejam criados Projetos Estaduais de Assentamento em terras públicas do Estado.

**Quadro 2 - Relação e Territorialidade dos Tipos de Projetos de Assentamentos Rurais – RAM**

Nº	Sigla	Nome/Descrição	Características	Modalidade
1	PCT	Programa Cédula da Terra	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto de Assentamento criado pela União com participação dos Conselhos Estaduais de</li> </ul>	

			<p>Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS, onde a obtenção da terra se dá por meio da compra e venda, nunca pela desapropriação;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Os beneficiários recebem financiamento específico destinado a obtenção dos recursos fundiários e implantação da infra-estrutura básica. A seleção dos beneficiários de responsabilidade do Governo Federal;</li> <li>Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) de responsabilidade da União; Direcionados para regiões de difícil obtenção de terras por meio da desapropriação.</li> </ul>	BENEFICIÁRIOS
2	BT	Banco da Terra	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criado no governo de FHC.</li> <li>Os assentamentos podem ser implantados pelo Governo Federal, por entidades públicas estaduais e municipais e por cooperativas e associações de assentados.</li> <li>O financiamento das terras se dá por meio do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.</li> <li>LEI COMPLEMENTAR Nº 93, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1998</li> </ul>	ATUAL
3	CF	Crédito Fundiário	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sem informação</li> </ul>	SEM INFORMAÇÃO
4	CPR	Combate a Pobreza Rural	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criado no primeiro mandato do governo Lula, para substituir o CT e o CFCPR.</li> <li>Público alvo: trabalhadores rurais sem terra, pequenos produtores rurais com acesso precário à terra e proprietários de minifúndios: imóveis cuja área não alcance a dimensão da propriedade familiar.</li> <li>Os recursos provêm do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.</li> </ul>	BENEFICIÁRIOS
5	CAF	Consolidação da Agricultura Familiar	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criado no primeiro mandato do governo Lula, para substituir o PFT.</li> <li>Tem por finalidade a Aquisição de imóveis rurais, com as benfeitorias já existentes e investimentos em infra-estrutura básica e produtiva.</li> <li>Público-Alvo: Trabalhadores rurais sem-terra (assalariados permanentes ou temporários, diaristas etc.), pequenos produtores rurais com acesso precário à terra (arrendatários, parceiros, meeiros, posseiros etc.), proprietários de minifúndios, assim classificados os imóveis, cuja área não alcance a dimensão da propriedade familiar definida no Estatuto da Terra. Associações e cooperativas que agreguem as pessoas mencionadas anteriormente. O proponente deverá dispor de renda familiar anual igual ou inferior a R\$ 15.000,00 e patrimônio familiar igual ou inferior a R\$ 30.000,00.</li> <li>Os recursos provêm do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.</li> <li>Lei complementar 93/98</li> </ul>	BENEFICIÁRIOS
6	NPT/CAF	Nossa Primeira Terra/Consolidação da Agricultura Familiar	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criado para atender a demanda de jovens sem-terra ou filhos de agricultores familiares, na faixa etária de 18 a 28 anos que queiram permanecer no meio rural e investir em uma propriedade, o programa pretende contribuir para a solução dos problemas do ordenamento agrário que agravam o êxodo rural e a concentração fundiária no Brasil. Os beneficiados devem estar organizados em associações.</li> <li>O financiamento para aquisição dos imóveis é reembolsável, e os recursos são provenientes do</li> </ul>	BENEFICIÁRIOS

			<p>Fundo de Terras e da Reforma Agrária. Já o financiamento para investimentos comunitários não é reembolsável e seus recursos provêm do Banco Mundial.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A linha de financiamento é liberada pelo programa de Consolidação da Agricultura Familiar.</li> </ul>	
7	NPT/CPR	Nossa Primeira Terra/Combate a Pobreza Rural	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criado para atender a demanda de jovens sem-terra ou filhos de agricultores familiares, na faixa etária de 18 a 28 anos que queiram permanecer no meio rural e investir em uma propriedade, o programa pretende contribuir para a solução dos problemas do ordenamento agrário que agravam o êxodo rural e a concentração fundiária no Brasil.</li> <li>Os beneficiados devem estar organizados em associações.</li> </ul> <p>O financiamento para aquisição dos imóveis é reembolsável, e os recursos são provenientes do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. Já o financiamento para investimentos comunitários não é reembolsável e seus recursos provêm do Banco Mundial.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A linha de crédito é liberada pelo programa de Combate a Pobreza Rural</li> </ul>	FORA DE VIGÊNCIA

Fonte: Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA, 2008. Organização: Herivelto Fernandes Rocha.

Obs.: Especificamente nos casos do estado de São Paulo e Rio Grande do Sul, o INCRA estabeleceu convênios destinando recursos financeiros para a obtenção de terras (TDA e moeda corrente) ainda que sejam criados Projetos Estaduais de Assentamento em terras públicas do Estado.

### **Distribuição e localização dos assentamentos implantados no Brasil**

A descrição da espacialização e territorialização dos projetos de assentamentos implantados no Brasil estão organizadas em duas partes. Na primeira parte descrevemos a territorialização dos projetos de assentamentos de RA implantados no país e no segundo momento dos assentamentos de RAM.

### **Assentamentos de Reforma Agrária – RA**

A região Norte possui 1.718 assentamentos distribuídos em 326 municípios, o Estado do Pará se destaca com 906 assentamentos, que representa 52,73% da região e 11,14% do total nacional, é também o estado que mais tem famílias assentadas, são 24,22% de todas as famílias assentadas no país, esse número é maior do que a quantidade de famílias assentadas na soma das regiões Centro Oeste, Sudeste e Sul. Em relação a área dos assentamentos o Pará só fica atrás do Estado do Amazonas. A região Nordeste possui 3.709 assentamentos territorializados em 858 municípios é a região que mais tem assentamentos, representa 45,59% do total nacional. Em relação as famílias assentadas e área dos assentamentos fica atrás somente da região Norte. Na região o Estado do Maranhão se destaca, é o estado que mais tem assentamentos rurais no Brasil, são ao todo 949 assentamentos 11,46% do total nacional e 25,58% da região.

A região Centro-Oeste possui 1.101 projetos distribuídos em 262 municípios, o Estado do Mato Grosso se destaca com 574 assentamentos territorializados em 112 municípios além do maior número de famílias assentadas 93.838, e a maior área destinada a reforma agrária na região Centro Oeste com 5.999.178 hectares ou em dados relativos, 79,33% do total da região e 8,69% do total nacional, ficando atrás somente dos Estados do Amazonas e do Pará.

A região Sudeste possui 746 assentamentos distribuídos em 267 municípios com destaque para os Estados de Minas Gerais com 328 assentamentos e São Paulo com 245 projetos, que representa 76,8% do total da região. No sudeste foram

assentadas 48.543 famílias, 4,82% do total nacional e a área destinada é de 1.390.611 hectares, apenas 2,01% do total.

Na região Sul os 862 assentamentos estão territorializados em 257 municípios, com destaque para os Estados do Paraná e Rio Grande do Sul que contabilizam 719 assentamentos, totalizando 83,41% do total de toda a região Sul, territorializados em 205 municípios. No Estado de Santa Catarina existem 143 projetos de assentamentos, apenas 1,76% do total da região Centro-Sul, territorializados em 52 municípios.

### **Assentamentos de Reforma Agrária de Mercado - RAM**

Segundo o DATALUTA existem no país 15.144 assentamentos de RAM, onde estão assentadas 75.455 famílias em uma área de 1.475.334 hectares. Esses assentamentos estão territorializados em 1.658 municípios.

Na região Norte só contamos com assentamentos no Estado do Tocantins, onde em 16 assentamentos estão assentadas 427 famílias, ocupando uma área de 13.399 hectares. Esses assentamentos estão territorializados no estado em 12 municípios.

Na região Centro Oeste contamos com 157 assentamentos, no qual todos são individuais, ou seja, estão assentadas no estado 157 famílias, em 1.970 hectares. No Mato Grosso do Sul são apenas 7 assentamentos, também de entrada individual, ocupam 29 hectares. Por último temos o Estado do Mato Grosso, é o estado da região que mais tem assentamentos de RAM, são 357 assentamentos e 374 famílias assentadas em uma área de 3.533 hectares. Os assentamentos de RAM estão territorializados na região em 27 municípios.

Na região sudeste são 157 assentamentos em 51 municípios. Em São Paulo são 43 assentamentos, 159 famílias em 369 hectares. No Espírito Santo são 48 assentamentos, 391 famílias e 2.025 hectares. Em Minas Gerais são 8 assentamentos, 27 famílias e 369 hectares. No Rio de Janeiro são 78 assentamentos individuais em 1.119 hectares.

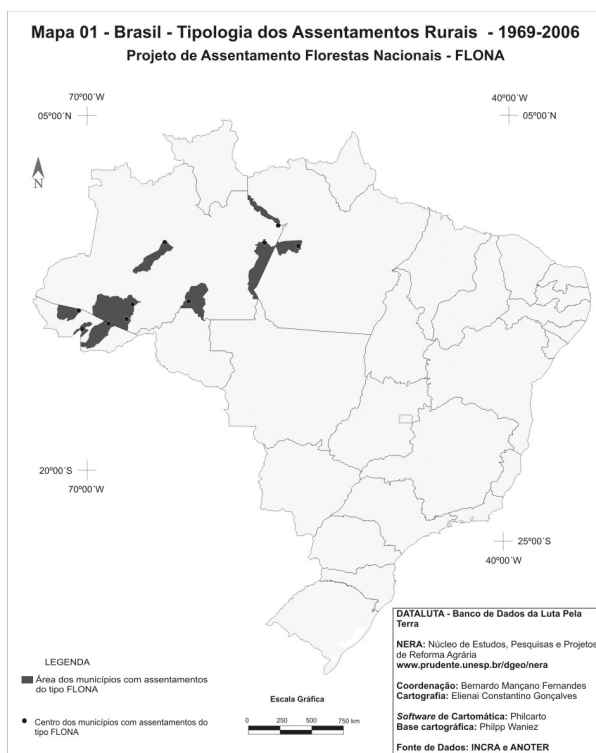
Na região Sul são 5.416 assentamentos onde estão assentadas 5.601 famílias ocupando 48.836 hectares, territorializados em 649 municípios. Em Santa Catarina são 1.691 assentamentos, com 1.697 famílias assentadas em 16.137 hectares. No Rio Grande do Sul são 3.652 assentamentos com 3831 famílias assentadas em 32.296 hectares. No Paraná são somente 73 onde estão 73 famílias assentadas em 403 hectares.

Na região Nordeste estão 568 assentamentos em 754 municípios, pertencentes a todos os estados da região, estão assentadas 9.045 famílias ocupando 184.639 hectares.

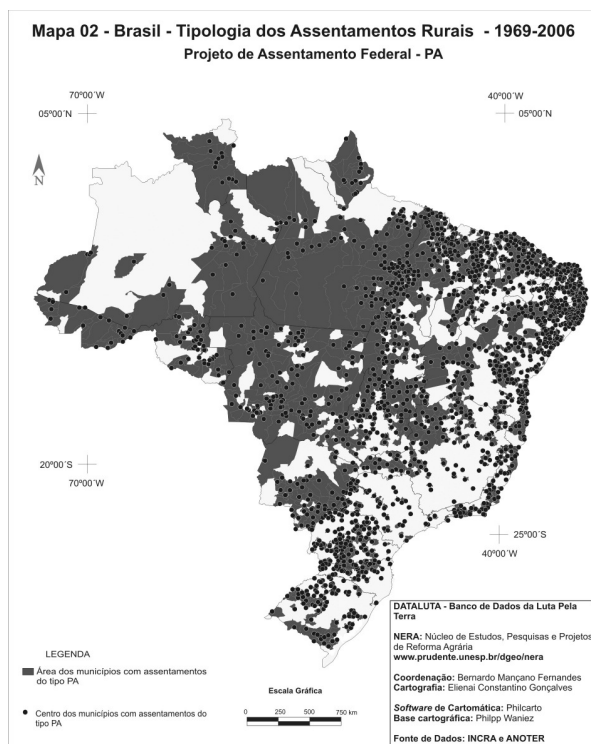
### **Distribuição e localização dos tipos de assentamentos de reforma agrária (RA) implantados no Brasil**

Como parte dos resultados deste trabalho elaboramos um mapa para cada tipo mostrando quais os municípios que possuem tais assentamentos. Os dados foram sistematizados pelo software Excel e a seguir salvos em arquivo de texto tabulado para a elaboração dos mapas no Philcarto.

A seguir propusemos 3 exemplos de mapas (os tipos FLONA, PA e PE), escolhidos entre os dezoito elaborados, para apresentarmos o resultado dos esforços de mapeamento dos tipos de assentamentos implantados, distribuídos pelo território brasileiro. Escolhemos esses tipos por conter particularidades em suas territorialidades e histórico distintos em suas implantações.



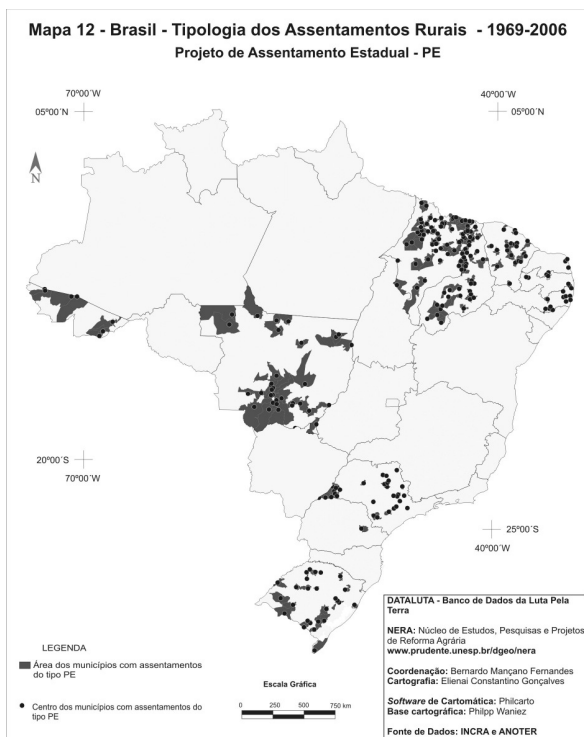
No mapa 01, temos a localização dos Projetos de Assentamento Florestas Nacionais no Brasil. Esse projeto é de competência do IBAMA. São unidades de conservação de uso sustentável, reconhecidas pelo INCRA como beneficiárias da reforma agrária. Deste tipo são 13 assentamentos implantados em 10 municípios exclusivamente nos Estados da região Norte como percebemos no mapa. Esses assentamentos estão territorializados em 3 municípios do Acre (Santa Rosa do Purus, Sena Madureira e Tarauacá) 5 do Amazonas (Tefé, Humaitá, Boca do Acre, Pauani e Maués) e 2 do Pará (Faro e Aveiro). São beneficiárias desse tipo 2.635 famílias e estão assentadas em uma área de 3.863.081 hectares. Nota-se o grande número de famílias assentadas por assentamento e o tamanho da área destinada a eles.



No mapa 02 temos a localização dos Projetos de Assentamento Federal. Esse tipo de projeto é de competência da União e está relacionado, na maior parte dos casos, à desapropriação de terras. Como vemos, esses assentamentos se encontram territorializados em todos os Estados brasileiros e na maior parte dos casos de implantação desses assentamentos é fruto da luta pela terra e ocupações do movimentos socioterritoriais.

Como demonstramos da tabela 4 são 5.970 assentamentos desse tipo implantados no Brasil, esse número corresponde a 78,69% do total de assentamentos. Os assentamentos do tipo PA estão territorializados em 1.817 municípios brasileiros que corresponde a mais de 30% dos municípios do Brasil.

Nota-se que a região que mais conta com esse tipo de assentamento é o nordeste que conta com 2.826 assentamentos, está na região também o estado que mais tem assentamentos PA's no Brasil, Estado do Maranhão que tem 604 assentamentos. Outros Estados que merecem destaque são: Pará (586), Bahia (454) e Pernambuco (457). Como dito anteriormente esses Estados contam com um maior número de assentamentos PA's e também de ocupações de terras, a não ser o caso específico do Estado do Maranhão.



Esta alta territorialização dos projetos de assentamentos federal é resultado da conflitualidade histórica entre os trabalhadores rurais sem-terra e os fazendeiros grileiros, agronegócio, e latifúndios improdutivos ou que não cumprem com sua função social, pois a criação do projeto de assentamento federal tem sua gênese nas ações desapropriatórias dessas propriedades, além de terras devolutas.

No mapa ao lado temos a localização dos Projetos de Assentamento Estadual. Os PEs estão territorializados em todas as regiões do Brasil. A obtenção da terra, criação do Projeto aporte de recursos de crédito, infra-estrutura e seleção dos beneficiários são de responsabilidade dos Estados.

No total são 965 assentamentos, é o tipo de

assentamento mais implantado depois do Projeto de assentamento Federal. São 72.414 famílias assentadas em uma área de 3.025.603 hectares. Detalhadamente são 24 assentamentos territorializados na região Norte, 122 na região Centro Oeste, 516 na região Nordeste, 164 na região Sudeste e 139 na região Sul.

Por não ser possível apresentar todos os mapas dentro do limite de páginas deste artigo colocamos esses três como exemplo e iremos apresentar os mapas restantes, referentes aos outros tipos, na apresentação oral deste espaço de diálogo a fim de se debater com outros pesquisadores interessados na temática dos assentamentos rurais.

## **Distribuição e localização dos assentamentos de reforma agrária mercado (RAM) implantados no Brasil**

Neste ponto descreveremos e analisaremos a territorialização dos tipos de assentamentos rurais de RAM, para nosso auxílio utilizamos os dados sistematizados dos tipos de assentamentos de RAM para uma maior compreensão dessa diversidade, sobretudo no que diz respeito a diferença no número de assentamentos, famílias assentadas e a área desses assentamentos. A compreensão dessas diferenças é necessária por cada tipo de assentamento desde 1998 estarem vinculados a contextos políticos específicos, e estarem territorializados por todo o território nacional.

Diferente da leitura que realizamos da distribuição dos assentamentos de RA propomos para leitura da diversidade dos assentamentos de RAM trabalhar com a variável família, até mesmo porque o que importa em um programa de reforma agrária é assentar as famílias sem terra, nesse programa existe a possibilidade da implantação do empreendimento de assentamento de modo coletivo através de associações e sindicatos ou individualmente.

Como entre os assentamentos de RA alguns tipos de assentamentos de RAM possuem um número de famílias e área maior do que outros. Isso se explica parcialmente pelo fato que já comentamos que é a possibilidade do beneficiário entrar com o projeto de forma individual, contabilizando como um assentamento que foi criado através de associação, entrando então de forma coletiva no assentamento.



Nota-se na tabela acima que o tipo que mais tem assentamentos é o CAF, porém não é o que possui o maior número de famílias e nem possui a maior área ocupada. Assim ocorre também principalmente com o tipo BT e o NPT/CAF.

O Tipo de assentamento que mais conta com famílias assentadas e uma maior área é o CPR que com 1.581 correspondente a 10,44% do total, estão assentadas 30.327 (40,19%) em 629.536 hectares (42,43%).

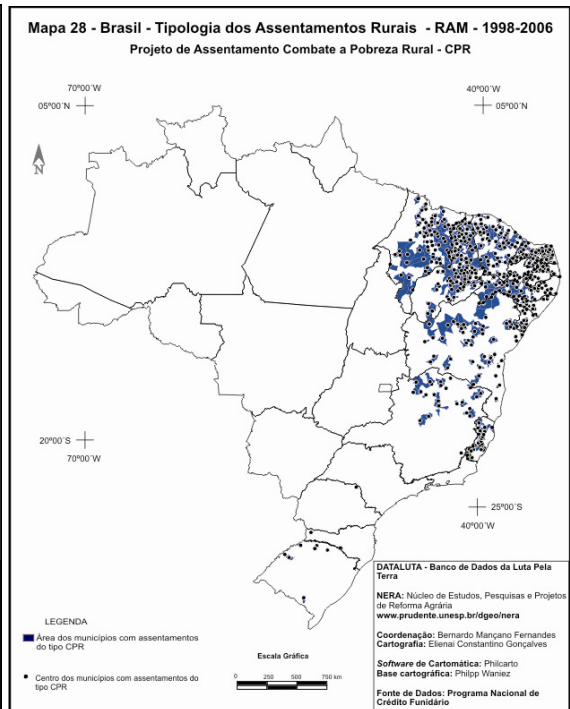
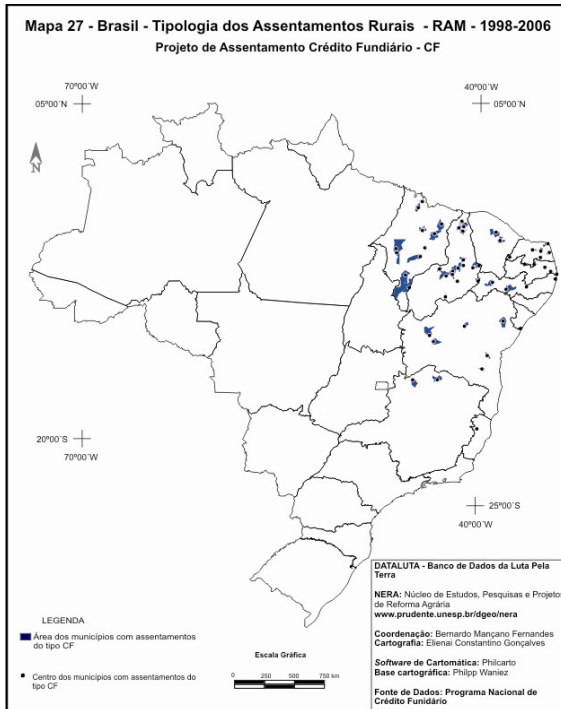
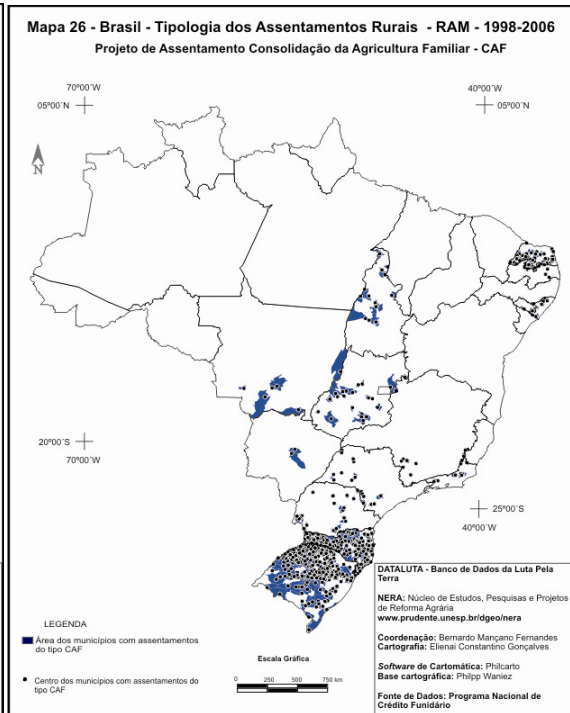
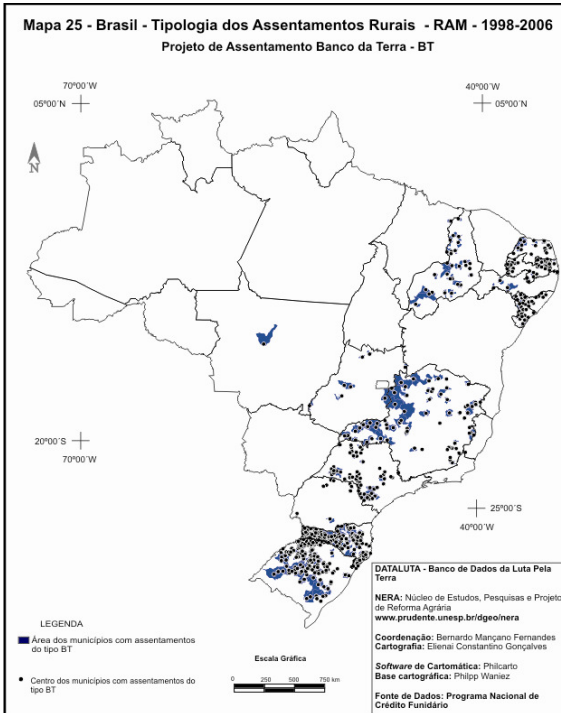
Na tabela abaixo descrevemos a distribuição e localização dos diferentes tipos de assentamentos de RAM por família assentada, essa escolha foi explicada acima.

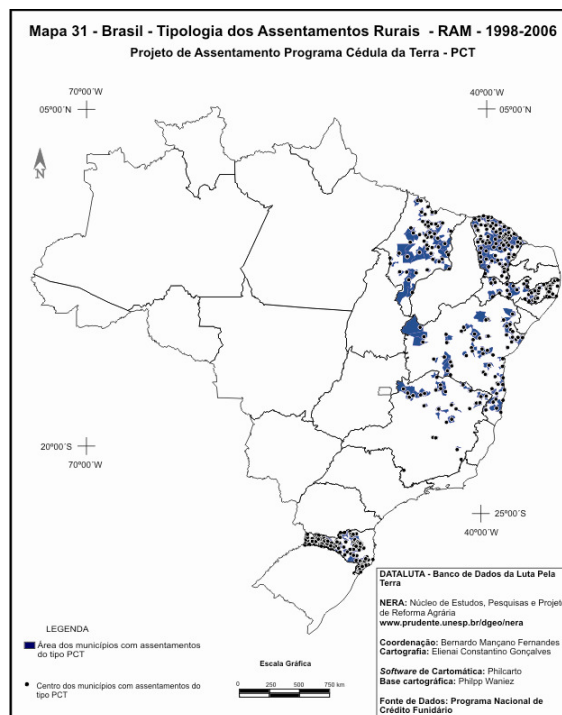
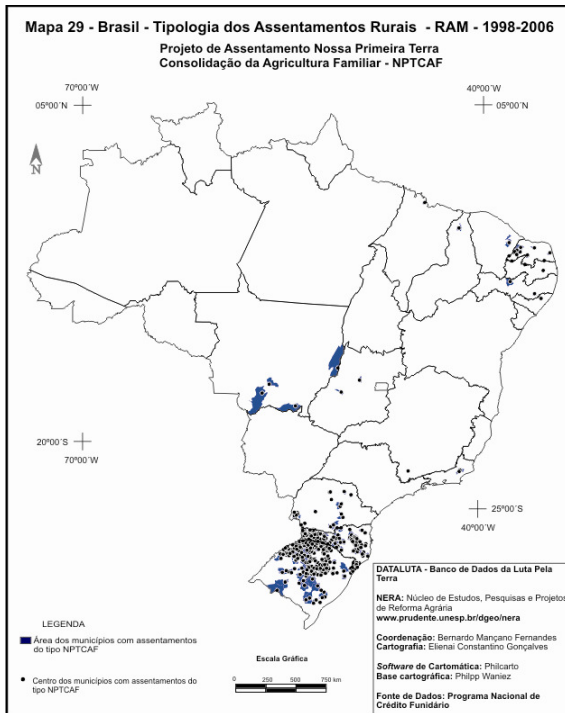
**Tabela 03 – Número de famílias assentadas no Brasil por tipo e Estado – RAM – 1998 – 2006**

	PCT	BT	CF	CPR	CAF	NPT/CAF	NPT/CPR	Total
<b>NORTE</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>495</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>495</b>
AC	-	-	-	-	-	-	-	0
AM	-	-	-	-	-	-	-	0
AP	-	-	-	-	-	-	-	0
PA	-	-	-	-	-	-	-	0
RO	-	-	-	-	-	-	-	0
RR	-	-	-	-	-	-	-	0
TO	-	-	-	-	495	-	-	495
<b>NORDESTE</b>	<b>17.943</b>	<b>5.010</b>	<b>1.427</b>	<b>28.191</b>	<b>747</b>	<b>194</b>	<b>126</b>	<b>53.638</b>
AL	-	805	-	789	422	2	-	2.018
BA	4.419	-	222	3.435	-	-	-	8.076
CE	5.179	-	48	1.545	-	16	-	6.788
MA	3.930	3	426	7.654	-	26	20	12.059
PB	-	913	136	1.691	17	1	8	2.766
PE	4.415	160	48	1.653	-	31	5	6.312
PI	-	1.565	361	7.685	-	17	75	9.703
RN	-	586	174	2.783	272	101	18	3.934
SE	-	978	12	956	36	-	-	1.982
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>0</b>	<b>716</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>601</b>	<b>38</b>	<b>0</b>	<b>1.355</b>
DF	-	-	-	-	-	-	-	0
GO	-	715	-	-	162	3	-	880
MS	-	-	-	-	7	-	-	7
MT	-	1	-	-	432	35	-	468
<b>SUDESTE</b>	<b>1.345</b>	<b>4.577</b>	<b>105</b>	<b>1.980</b>	<b>290</b>	<b>13</b>	<b>22</b>	<b>8.332</b>
ES	-	89	10	1.359	-	-	22	1.480
MG	1.345	2.436	95	621	6	1	-	4.504
RJ	-	-	-	-	103	12	-	115
SP	-	2.052	-	-	181	-	-	2.233
<b>SUL</b>	<b>478</b>	<b>1.861</b>	<b>0</b>	<b>156</b>	<b>7.382</b>	<b>1.682</b>	<b>76</b>	<b>11.635</b>
PR	-	194	-	27	353	183	-	757
RS	-	819	-	120	4.075	1.042	71	6.127
SC	478	848	-	9	2.954	457	5	4.751
<b>BRASIL</b>	<b>19.766</b>	<b>12.164</b>	<b>1.532</b>	<b>30.327</b>	<b>9.515</b>	<b>1.927</b>	<b>224</b>	<b>75.455</b>

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados de Luta pela Terra, 2008. Org. Ellenai C. Gonçalves

Nota-se na tabela acima que o tipo de assentamento com uma territorialização maior é o tipo BT que está presente em 15 estados brasileiros seguido dos tipos CPR, CAF e NPT/CAF.





No mapa 25, temos a localização dos assentamentos do tipo BT. Esse tipo de assentamento é implantado com o apoio do Governo Federal, por entidades públicas estaduais e municipais e por cooperativas e associações de pequenos. O financiamento das terras se dá por meio do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. São ao todo 2.691 assentamentos desse tipo, com 12.168 famílias ocupando 196.663 hectares. Os assentamentos desse tipo estão territorializados em 634 municípios brasileiros, com destaque para os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

No mapa 26, temos a localização dos assentamentos do tipo CAF. Esse tipo de assentamento foi implantado no governo Lula em 2003, substituindo o BT. O nome mudou, os itens financiáveis foram ampliados e as condições de financiamento foram revistas, mas a lógica permanece a mesma do “antigo” Banco da Terra.

Oficialmente, sua fonte de financiamento é exclusivamente nacional. Tal como no governo anterior, sua fonte de financiamento é nacional, sem recursos do BIRD. (SAUER, 2008).

Esse tipo de financiamento tem por finalidade a aquisição de imóveis rurais, com as benfeitorias já existentes e o investimento em infra-estrutura básica e produtiva, ou seja, visando fortalecer a agricultura familiar. Existem 8.167 assentamentos desse tipo, onde estão assentadas 9.514 famílias ocupando 101.386 hectares. Esses assentamentos estão territorializados em 759 municípios.

No mapa 27, temos representada a localização dos assentamentos RAM do tipo CF. Existem apenas 74 assentamentos desse tipo no Brasil, onde estão assentadas 1.532 famílias que ocupam 33.665 hectares, esses assentamentos estão territorializados em 56 municípios.

No mapa 28, temos a localização dos assentamentos RAM do tipo CPR. Esse tipo de assentamento é financiado com o objetivo de atender trabalhadores rurais sem terra, pequenos produtores rurais com acesso precário a terra e proprietários de minifúndios: imóveis cuja área não alcance a dimensão da propriedade familiar. Existem 1.581 assentamentos, onde estão assentadas 30.327 famílias, ocupando 629.536 hectares. Esses assentamentos estão territorializados em 581 municípios.

No mapa 29, temos a localização dos assentamentos RAM do tipo NPT/CAF. Esse tipo de projeto visa atender a demanda de jovens sem-terra ou filhos de agricultores familiares, na faixa etária de 18 a 28 anos que queiram permanecer no meio rural e investir em uma propriedade, o programa pretende contribuir para a solução dos problemas do ordenamento agrário que agravam o êxodo rural e a concentração fundiária no Brasil. Esse tipo de assentamento é financiado pela linha de crédito de Consolidação da Agricultura Familiar – CAF. Como podemos observar por meio do mapa esses assentamentos altamente territorializados nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Existem 1.695 assentamentos desse tipo, onde estão assentadas 1.927 famílias, que ocupam 18.872 hectares. Estes assentamentos estão territorializados em 390 municípios.

No mapa 30, temos a localização dos assentamentos RAM do tipo NPT/CPR. Esse tipo de projeto visa atender a demanda de jovens sem-terra ou filhos de agricultores familiares, na faixa etária de 18 a 28 anos que queiram permanecer no meio rural e investir em uma propriedade, o programa pretende contribuir para a solução dos problemas do ordenamento agrário que agravam o êxodo rural e a concentração fundiária no Brasil. Esse tipo de assentamento é financiado pela linha de crédito de Combate a Pobreza Rural. Como podemos observar, por meio do mapa, a territorialização do NPT/CPR é baixa, territorializados em apenas 16 municípios. A baixa territorialidade do NPT/CPR não se contrasta com a intensa territorialidade do NPT/CAF, apesar de ambos os projetos, serem destinados aos jovens do meio rural. A explicação para essa discrepância, esta vinculada a constituição da população rural do Centro-Sul, que tem como base a agricultura familiar, principalmente nos estados da região Sul. O NPT/CPR predomina na região Nordeste (COCA, 2008), onde o público, a qual o programa se destina, são os jovens provenientes de famílias com baixíssimo poder aquisitivo. Ou seja, a territorialização deste modelo mercantil de acesso a terra está, intrinsecamente, ligado ao poder aquisitivo da população rural.

Existem apenas 20 assentamentos desse tipo, onde estão assentadas 224 famílias que ocupam 3.786 hectares. Esses assentamentos estão territorializados em apenas 16 municípios.

No mapa 31, temos a localização dos assentamentos do tipo PCT. Esse tipo de financiamento foi criado pela União com participação dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRS, onde a obtenção da terra se dá por meio da compra e venda, nunca pela desapropriação.

Esse programa apesar de ser concebido para servir de piloto foi bastante abrangente são ao todo 919 assentamentos desse tipo, estão assentadas 19.766 famílias ocupando 499.927 hectares, territorializados em 36 municípios.

## Considerações finais

Dentro de nossa proposta de através da tipologia dos assentamentos rurais compreendermos a diversidade da reforma agrária brasileira. No estudo, percebemos uma predominância dos assentamentos voltados para o setor agropecuário, tanto nos assentamentos RA, demonstrada pela intensa territorialização dos tipos PA e PE, quanto nos assentamentos RAM, onde as linhas de créditos destinadas ao fortalecimento da agricultura familiar, CAF e NPT/CAF, estão mais territorializados. Todavia, percebemos a preocupação com uma nova “reforma agrária”, baseado no desenvolvimento sustentável e na busca de outras alternativas de produção, como, por exemplo, a territorialização dos PDS’s no Estado de São Paulo e a constituição das Comunas da Terra. Analisamos também o processo de conflitualidade entre o campesinato e o agronegócio e os resultados deste permanente conflito, através dos dados que permitem fazer uma análise por período de governo. Na maioria, a implantação de assentamentos se deu nas áreas de conflitualidade entre o campesinato e o agronegócio na disputa pelas terras agricultáveis da região.

A reforma agrária atual, tem novas demandas a serem suplantadas, se faz necessário um projeto que vise à soberania e segurança alimentar, baseado no desenvolvimento sustentável e na interação homem-natureza. E que o discurso, principalmente, por parte dos governos se aplique na realidade. Nossa metodologia, referente à categoria assentamentos, nos permitiu analisar e verificar o que realmente foi feito por cada governo brasileiro em relação à implantação de assentamentos. Tentaremos manter a realização da pesquisa com o intuito de observar se as tendências políticas analisadas, até o momento, se mantêm ou se há mudanças. Com os dados atualizados, pesquisaremos as diferentes formas de origens dos assentamentos, considerando as seguintes condições: adjudicação, arrecadação, cessão, compra, confisco, desapropriação, discriminação, doação, incorporação, reconhecimento, reversão e transferência, relacionando as formas de obtenção com a tipologia dos assentamentos. A necessidade de estudar as origens dos assentamentos se justifica pela nova realidade construída com as políticas de reforma agrária dos governos, que lança dados de assentamentos criados, que tem como origem governos anteriores, na tentativa aumentar o que foi efetivamente realizado pela reforma agrária.

## Referência bibliográfica

FABRINI, J. E. Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro – Oeste – PR enquanto território de resistência camponesa. 2002. 290 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente.

FELÍCIO, Munir Jorge. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês. Campo-Território: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 14-30, ago. 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena. Revista Nera. Presidente Prudente, ano 10, nº. 11, jan.-jun./2008.

LEAL, G. M. Impactos Socioterritoriais dos assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio – SP. 2002. 157 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente.

RAMALHO, C. B. Impactos Socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema – Região do Pontal do Paranapanema – SP. 2002. 144 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente.